

RELATÓRIO E CONTAS | 2015

RIBEIRA DA TEJA
Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.



Relatório do Conselho de Gerência
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015



**RELATÓRIO DO CONSELHO DE GERÊNCIA
EXERCÍCIO DE 2015**

Exmos. Sócios,

Nos termos do Art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2015.

1. ENQUADRAMENTO GERAL**1.1. MACROECONÓMICO**

O período de 2015 ficou marcado por uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, um crescimento relativamente forte dos EUA, uma melhoria da economia da União Europeia (UE), embora com uma evolução muito distinta entre os Estados membros, um crescimento mais forte do Reino Unido, Suécia, de alguns países do Centro e Leste da Europa e dos países bálticos, mais fraco para o conjunto da área do euro e, uma estabilização no Japão.

Em Portugal o ano ficou marcado pela evolução de alguns fatores determinantes do consumo privado, nomeadamente a melhoria da situação no mercado de trabalho, a queda dos preços dos combustíveis e a diminuição das taxas de juro.

1.2. REGULAMENTAR

No período de 2015 não se verificaram alterações significativas no sector das energias renováveis (FER) em Portugal. Perspetiva-se para Portugal, e atendendo às expectativas das melhorias da atividade económica, a manutenção do presente quadro regulamentar, não se antevendo alterações de fundo no sector.

1.3. SECTORIAL E DE MERCADO

O ano de 2015, apesar de ter sido um ano seco e quente, acaba com a eletricidade renovável em posição de liderança na produção nacional de eletricidade. As fontes de energia renováveis contribuíram com 48,2% para a satisfação do consumo em Portugal Continental, sendo os restantes 47,3% de origem fóssil e 4,5% do saldo de importação–exportação.

O ano de 2015 apresentou um valor médio anual da temperatura do ar de 15,99°C, sendo assim o 2º ano mais quente desde 2000. Por sua vez, o valor de pluviosidade média anual foi bastante inferior ao valor normal, tendo sido o 4º ano mais seco desde 2000.

Relativamente à eolicidade, verificou-se uma disponibilidade de recurso inferior em 2015 (índice de eolicidade de 1,02), comparativamente a 2014 (índice de eolicidade de 1,11), mas com um impacto muito pouco expressivo na redução da produção eólica.

2. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

2.1. ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Não se verificaram neste exercício quaisquer alterações da estrutura societária. Assim, a 31 de Dezembro de 2015, o capital da sociedade é constituído conforme se apresenta abaixo:

Page | 4

Nome	Valor do Capital Detido	Quotas Fim do Exercício	% de Participação
Fozcôainvest – Energia, Turismo e Serviços, E.M.	€ 1.400.000,00	2	56%
Aproveitamento Hidrico Val da Rovinhosa, Lda.	€ 1.100.000,00	1	44%
Total	€ 2.500.000,00	3	100%

2.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

Não existem sucursais da Sociedade.

2.3. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não existem negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes.

2.4. PARTICIPAÇÕES DA SOCIEDADE

A Sociedade não detém quaisquer participações.

2.5. UNIDADES DE NEGÓCIO

A Ribeira da Teja, Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda. é uma sociedade constituída na freguesia de Vila Nova de Foz Côa que explora a Central Hidroelétrica do Catapereiro. Esta Central, com uma capacidade instalada de 8,6 MW, encontra-se equipada com 2 turbinas ABB de potência individual de 3,8 MW.

A licença de utilização foi atribuída à sociedade por um período de trinta e cinco anos, encontrando assim o seu termo a Janeiro de 2026.



3. ANÁLISE DA ACTIVIDADE

A análise das contas do exercício evidencia um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos no montante de 670.214,43 Euros com uma contribuição das vendas de 785.534,27 Euros. A performance do empreendimento em 2015 foi razoável tendo aproveitado os níveis de recurso hídrico disponível.

Page | 5

Produção em GWh/ano

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Catapereiro	2,3	20,5	13,8	9,2	7,1	30,7	19,5	2,3	22,3	24,8	7,8

Os custos financeiros assumem-se na ordem dos 96.867,40 Euros.

Em Dezembro de 2015 encontram-se reconhecidos nas contas patrimoniais financiamentos obtidos no montante de 2,24 milhões de Euros, relativos a empréstimos obtidos de instituições bancárias. A dívida junto da CGD foi refinanciada em Fevereiro, por mais sete anos.

Nas contas patrimoniais ativas assumem particular relevância as rubricas de Imobilizado, as quais refletem os investimentos na central do Catapereiro e que a 31 de Dezembro de 2015 correspondem em termos líquidos a 94% no total do Ativo.

A sociedade termina o exercício de 2015, após a consideração de uma estimativa para impostos de 22.490,85 Euros, com um lucro líquido de 46.321,88 Euros.

Ao longo do exercício a empresa cumpriu com pontualidade todas as obrigações legais, nomeadamente para com o Estado, Segurança Social e Outras Entidades.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO E PERSPETIVAS FUTURAS

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de resultados líquidos apresentava, no final do exercício de 2015, um lucro de 46.321,88 Euros.

O Conselho de Gerência, tendo em consideração as disposições legais (art.º 32º e 33º do C.S.C.) e o contrato de sociedade, propõe que o lucro do exercício seja transferido para a conta de resultados transitados para cobertura de prejuízos acumulados.

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

AGRADECIMENTOS

Não pode a Gerência terminar sem uma palavra de agradecimento:

- aos Sócios, pela confiança depositada;
- ao Município de Vila Nova de Foz Côa;
- à EDP Serviço Universal, S.A.;
- à Caixa Geral de Depósitos;
- a todas as entidades singulares e coletivas que com o seu esforço e dedicação permitem o bom e normal desenrolar da atividade da Empresa.

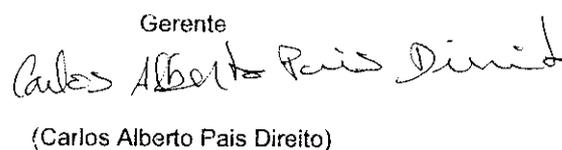
Page | 6

Vila Nova de Foz Côa, 15 de Fevereiro de 2016

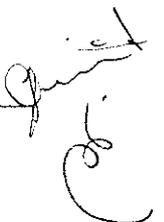
O CONSELHO DE GERÊNCIA

Gerente

(João Carlos Ilari de Mattos Parreira)

Gerente

(Carlos Alberto Pais Direito)

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015



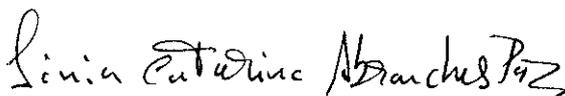
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RIBEIRA DA TEJA - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, LDA.			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
(Unidade: EURO)			
RUBRICAS	Notas	dez 2015	dez 2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	6	785.534,27	2.429.877,21
Fornecimentos e serviços externos	7	(176.077,55)	(202.770,59)
Gastos com o pessoal	8	(13.912,66)	(13.982,54)
Outros rendimentos e ganhos	9	109.474,31	75.370,98
Outros gastos e perdas	10	(34.803,94)	(17.056,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		670.214,43	2.271.438,82
Gastos / reversões depreciação e de amortização	13	(504.534,30)	(506.375,29)
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos)		165.680,13	1.765.063,53
Juros e gastos similares suportados	11	(96.867,40)	(155.713,31)
Resultado antes de impostos		68.812,73	1.609.349,72
Imposto sobre o rendimento do período	12	(22.490,85)	(385.507,76)
Resultado líquido do período		46.321,88	1.223.841,96

As notas das páginas 13 a 32 fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE GERÊNCIA



Sónia Paz
Contabilista Certificada



Carlos Alberto Pais Direito
Gerente



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Page | 9

RIBEIRA DA TEJA - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, LDA.			
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
RUBRICAS	Notas	dez 2015	dez 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	13	6.888.583,06	7.393.117,36
		6.888.583,06	7.393.117,36
Activo corrente			
Clientes		0,00	2.741,53
Estado e outros entes públicos	14	121.319,00	0,00
Outras contas a receber	15	47.747,35	300.260,41
Diferimentos	16	18.584,61	10.369,05
Caixa e depósitos bancários	4	239.664,83	178.573,50
		427.315,85	500.944,49
Total do activo		7.315.898,91	7.894.061,85
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	2.500.000,00	2.500.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	1.332.844,98	1.332.844,98
Resultados transitados	19	(135.325,83)	(1.359.167,70)
Outras variações no capital próprio	20	999.899,48	1.005.386,66
Resultado líquido do período		46.321,88	1.223.841,96
Total do capital próprio		4.743.740,51	4.702.905,81
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
Entidades bancárias	21	2.071.578,15	2.244.590,54
Sócios		0,00	379.029,48
Outras contas a pagar	22	265.796,06	335.128,88
		2.337.374,21	2.958.748,90
Passivo corrente			
Fornecedores	23	24.962,76	20.553,74
Estado e outros entes públicos	14	349,20	176.798,42
Financiamentos obtidos	21	173.012,39	18.622,44
Outras contas a pagar	22	36.459,84	16.432,54
		234.784,19	232.407,14
Total do passivo		2.572.158,40	3.191.156,04
Total do capital próprio e do passivo		7.315.898,91	7.894.061,85

As notas das páginas 13 a 32 fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M. Lda.



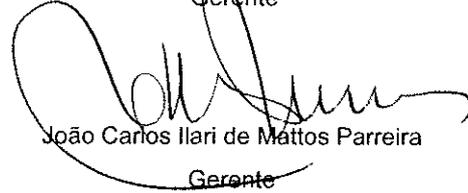
Sónia Paz
Técnico Oficial de Contas

CONSELHO DE GERÊNCIA



Carlos Alberto Pais Direito
Gerente

Page | 10



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

NO PERÍODO 2015

Page | 11

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015	2.500.000,00		1.332.844,98				(1.359.167,79)			1.005.386,66	(1.223.841,96)	2.255.221,89
Aplicação do resultado de 2014							1.223.841,96				1.223.841,96	2.447.663,92
Alterações no período:												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										(5.487,18)		(5.487,18)
	2.500.000,00	-	1.332.844,98	-	-	-	(135.325,83)	-	-	999.899,48	-	4.697.418,63
Resultado líquido do período											46.321,88	46.321,88
Resultado integral											46.321,88	4.743.740,51
Operações com detentores de capital no período												
Posição no fim do período 2015	2.500.000,00	-	1.332.844,98	-	-	-	(135.325,83)	-	-	999.899,48	46.321,88	4.743.740,51

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2014	2.500.000,00		1.332.844,98				(2.339.044,90)			1.061.501,66	979.877,11	3.535.178,85
Aplicação do resultado de 2013							979.877,11				(979.877,11)	-
Alterações no período:												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										(56.115,00)		(56.115,00)
	2.500.000,00	-	1.332.844,98	-	-	-	(1.359.167,79)	-	-	1.005.386,66	-	3.479.063,85
Resultado líquido do período											1.223.841,96	1.223.841,96
Resultado integral											1.223.841,96	4.702.905,81
Operações com detentores de capital no período												
Posição no fim do período 2014	2.500.000,00	-	1.332.844,98	-	-	-	(1.359.167,79)	-	-	1.005.386,66	1.223.841,96	4.702.905,81

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1.276.112,77	2.749.007,32
Pagamentos a fornecedores	-236.174,06	-297.531,71
Pagamentos ao pessoal	-10.830,05	-12.098,22
Caixa gerada pelas operações	1.029.108,66	2.439.377,39
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-290.447,62	-159.953,12
Outros recebimentos / pagamentos	-247.488,06	-465.238,06
Fluxos das actividades operacionais [1]	491.172,98	1.814.186,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Fluxos das actividades de investimento [2]	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-379.029,48	-1.610.000,00
Juros e gastos similares	-51.052,11	-112.633,98
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	-430.081,59	-1.722.633,98
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-430.081,59	-1.722.633,98
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	61.091,39	91.552,23
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	178.573,50	87.021,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	239.664,89	178.573,50

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Page | 13

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A RIBEIRA DA TEJA – Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda. (adiante designada apenas por Empresa ou TEJA), é uma sociedade por quotas constituída em Setembro de 1999, e tem como objeto social a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Sede Social: Rua Cidade Nova, 2 – Vila Nova de Foz Côa

Capital Social: € 2.500 000,00

N.I.P.C.: 504.609.637

A Empresa é detida pela FOZCÔAINVEST - Energia, Turismo e Serviços, com sede na Rua Cidade Nova, 2 – Vila Nova de Foz Côa e pelo Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa, Lda. com a respetiva sede social no Edifício Plaza II, Piso 1, na Quinta da Quintã, n.º 5 – Paço de Arcos.

A TEJA é proprietária e explora 1 aproveitamento hidroelétrico em Portugal, denominado CATAPEREIRO, com uma potência total instalada de 8,6 MW.

A licença de utilização de água, alvará n.º 75, foi-lhe atribuída em Janeiro de 1991, por um período de 35 anos.

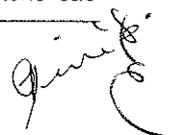
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI), sendo estes regulados pelos seguintes diplomas: Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual); Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras); Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas); Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

As demonstrações financeiras incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela *Gerência* da Empresa, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são



reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

- 2.2** Não foram feitas derrogações às disposições do SNC. No entanto, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.
- 2.3** Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação destas de acordo com as NCRF requer que a Gerência formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.



3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição, necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis em curso refletem ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam prontos para uso.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 30
Equip. básico	16
Equip. de transporte	4
Equip. administrativo	8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de

alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

b) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

c) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

Page | 17

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

e) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixos são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Page | 18

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

f) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

g) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal, contratual ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisão para desmantelamento e Valor residual

Page | 19

A incerteza quanto ao desmantelamento (*âmbito e timing*) e a inexistência de histórico e/ou *benchmarks* consensuais disponíveis sobre estes tópicos condiciona a fiabilidade das estimativas passíveis de serem construídas. Neste contexto, e adicionalmente pela convicção da gestão que as eventuais responsabilidades que possam decorrer do desmantelamento do empreendimento no final da sua vida útil serão compensadas com o valor residual dos equipamentos. Assim, não foi reconhecida provisão para desmantelamento e valor residual dos equipamentos.

h) Benefícios de Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

i) Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

j) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as

correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Page | 20

O rédito proveniente da produção de energia elétrica é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade da produção;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo da produção vendida;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

l) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos ativos financeiros disponíveis para venda.

m) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos.

n) Instrumentos de capital

A Empresa reconhece instrumentos de capital próprio no capital próprio quando emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Quando os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a Empresa apresenta a quantia a receber como dedução ao capital próprio.

Quando os recursos ou dinheiro forem recebidos antes da emissão de ações e a Empresa não poder ser obrigada a devolver tais recursos ou dinheiro, a Empresa reconhece um aumento de capital próprio até ao limite da quantia recebida.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital nos próximos 12 meses.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro, cinco, seis ou doze anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010 e 2011, cinco anos em 2012 e 2013 e doze anos para os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2014), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.



RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Page | 23

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2015	2014
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à ordem	239.664,89	178.573,50
	<u>239.664,89</u>	<u>178.573,50</u>

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Empresa não alterou as estimativas contabilísticas, nem detetou qualquer erro que mereça correção.

6. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Vendas e serviços prestados" decompõe-se como segue:

	2015	2014
Vendas		
Produção de energia elétrica	785.534,27	2.429.877,21
	<u>785.534,27</u>	<u>2.429.877,21</u>



7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" decompõe-se como segue:

	2015	2014
Subcontratos		
O&M	0,00	100.976,23
Gestão contabilística/ administrativa	0,00	0,00
Serviços especializados	96.465,57	50.411,47
Materiais	14,64	83,66
Energia e fluidos	14.424,58	12.081,71
Serviços diversos		
Comunicação	368,95	463,70
Seguros	37.997,58	36.613,09
Contencioso e notariado	610,00	233,75
Outros serviços	26.196,23	1.906,99
	<u>176.077,55</u>	<u>202.770,59</u>

8. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Gastos com pessoal" decompõe-se como segue:

	2015	2014
Remunerações do pessoal	11.241,60	11.636,23
Encargos sobre remunerações	2.432,58	2.103,23
Outros gastos com o pessoal	238,48	243,08
	<u>13.912,66</u>	<u>13.982,54</u>

O número médio de colaboradores da Empresa ao longo do ano de 2014, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de:

	2015	2014
Colaboradores		
Técnico operacional	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

9. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" decompõe-se da seguinte forma:

	2015	2014
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	34.654,31	550,95
Imputação de subsídios para investimentos	74.820,00	74.820,00
Outros não especificados	0,00	0,03
	<u>109.474,31</u>	<u>75.370,98</u>

Page | 25

10. OUTROS GASTOS E PERDAS

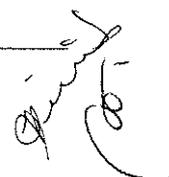
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Impostos	15.457,21	970,11
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	18.359,30	3,86
Outros não especificados	987,43	16.082,27
	<u>34.803,94</u>	<u>17.056,24</u>

11. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Juros e gastos similares concedidos" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de financiamentos obtidos	96.381,08	155.713,81
Outros gastos e perdas de financiamento	486,32	0,00
	<u>96.867,40</u>	<u>155.713,81</u>



RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em IRC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, sujeita a uma taxa de 17% nos primeiros 15.000,00€ do lucro tributável e 21% sobre o restante. As taxas em vigor podem ainda ser incrementadas até ao máximo de 1,5% pela derrama municipal e até ao máximo de 5% pela derrama estadual caso o lucro exceda 7,5 milhões de euros, não tendo sido aplicável no exercício findo a 31 de Dezembro de 2015. Page | 26

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos para períodos anteriores a 2010, quatro anos para os períodos de 2010 e 2011, cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, doze anos para os períodos de 2014 e 2015 após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução em 70% dos lucros fiscais gerados a partir do período de 2014.

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. A Gerência entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de impostos apresenta o seguinte detalhe:

	2015	2014
Imposto corrente	22.490,85	230.110,36
Imposto diferido (Nota 14)	0,00	155.397,40
	<u>22.490,85</u>	<u>385.507,76</u>

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor dos “Ativos Fixos Tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi o seguinte:



RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M. Lda.

2015

	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transp.	Eq. Admin.	TOTAL
ATIVOS						
Saldo inicial	354.202,61	14.353.631,77	2.316.102,25	14.773,60	727,34	17.039.437,57
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	354.202,61	14.353.631,77	2.316.102,25	14.773,60	727,34	17.039.437,57
Amortizações acum. e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	7.883.555,99	1.747.263,28	14.773,60	727,34	9.646.320,21
Amortizações do exercício	0,00	359.888,12	144.646,18	0,00	0,00	504.534,30
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	8.243.444,11	1.891.909,46	14.773,60	727,34	10.150.854,51
ATIVOS LIQUIDOS	354.202,61	6.110.187,66	424.192,79	0,00	0,00	6.888.583,06

Page | 27

2014

	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transp.	Eq. Admin.	TOTAL
ATIVOS						
Saldo inicial	354.202,61	14.353.631,77	2.316.102,25	14.773,60	727,34	17.039.437,57
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	354.202,61	14.353.631,77	2.316.102,25	14.773,60	727,34	17.039.437,57
Amortizações acum. e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	7.523.673,55	1.602.617,10	12.926,90	727,34	9.138.944,92
Amortizações do exercício	0,00	359.882,41	144.646,18	1.846,70	0,00	506.375,29
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	7.883.555,99	1.747.263,28	14.773,60	727,34	9.646.320,21
ATIVOS LIQUIDOS	354.202,61	6.470.075,78	568.838,97	0,00	0,00	7.393.117,35

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	120.824,37	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	494,63	0,00
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	147.132,40
Retenção de impostos sobre o rendimento	70,00	4.089,56
Iva a pagar	0,00	25.300,63
Contribuições para a Segurança Social	279,20	275,83
	120.969,80	176.798,42

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Produção Eléctrica	42.919,62	295.524,68
Outros devedores e credores		
Cauções prestadas	4.735,73	4.735,73
Outros	92,00	0,00
	<u>47.747,35</u>	<u>300.260,41</u>

Page | 28

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Diferimentos" decompõe-se como segue:

	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	18.584,61	19.369,05
	<u>18.584,61</u>	<u>19.369,05</u>

17. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social da TEJA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo detido pela entidade seguidamente identificada:

	2015		2014	
	%	Valor Nominal	%	Valor Nominal
Fozcôainvest, E.M.	56,00	1.400.000,00	56,00	1.400.000,00
Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa	44,00	1.100.000,00	44,00	1.100.000,00
	<u>100,00</u>	<u>2.500.000,00</u>	<u>100,00</u>	<u>2.500.000,00</u>

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

18. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as prestações suplementares da TEJA tinham a seguinte composição:

	2015		2014	
	%	Valor Nominal	%	Valor Nominal
Fozcôainvest, E.M.	56,00	746.393,19	56,00	746.393,19
Aproveitamento Hídrico Val da Rovinhosa	44,00	586.451,79	44,00	586.451,79
	100,00	1.332.844,98	100,00	1.332.844,98

Page | 29

19. RESULTADOS TRANSITADOS

Por deliberação da Assembleia-geral da Empresa, realizada em 27 de Março de 2015, o lucro apurado no exercício de 2014 no montante de 1.223.841,96€ foi transferido para Resultados transitados.

20. OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outras variações no capital próprio tinha a seguinte decomposição:

	2015	2014
Subsídios atribuídos	1.265.695,54	1.340.515,54
Ajustamentos em subsídios	-265.796,06	-335.128,88
	999.899,48	1.005.386,66

Em 31 de Dezembro de 2015, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	Montante atribuído	Montante recebido	Montante não recebido	Rédito acumulado	Montante por utilizar
Programa Operacional do Norte Sub-programa B Medida: B-2 Ação: B-2-2 (Barragem de betão)	2.992.787,38	2.992.787,38	0,00	1.727.091,84	1.265.695,54
	2.992.787,38	2.992.787,38	0,00	1.727.091,84	1.265.695,54

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M. Lda.

Estes valores respeitam a subsídios concedidos pelo PRONORTE [FEDER] desde 1996 a 1999, destinados à construção da barragem de betão que serve o empreendimento no seu elemento de retenção de água.

Os valores recebidos são reconhecidos como rédito (nota 9), à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados.

Page | 30

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Financiamentos obtidos" tem a seguinte composição:

	2015		2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Instituições de crédito e sociedades				
Empréstimos bancários				
CGD	173.012,39	2.071.578,15	18.622,44	2.244.590,54
Participantes de capital				
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos				
FozcôaInvest, E.M.	0,00	0,00	0,00	128.157,91
Rovinhosa, Lda.	0,00	0,00	0,00	250.871,57
	<u>173.012,39</u>	<u>2.071.578,15</u>	<u>18.622,44</u>	<u>2.623.620,02</u>

Nos termos da cláusula décima sétima do contrato de financiamento deste empréstimo, foram constituídas as seguintes garantias:

Penhor de bens do ativo fixo tangível no montante de 2.015.859,54;

Penhor das participações na sociedade; e

Consignação de receita de exploração da mini-hídrica objeto do financiamento.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de Outras conta a pagar decompõe-se como se segue:

	2015		2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Entidades relacionadas (Nota 24)	1.949,23	0,00	14.010,92	0,00
Credores diversos				
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em subsídios	0,00	265.796,06	0,00	335.128,88
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	1.732,50	0,00	1.732,50	0,00
Outros acréscimos de gastos	32.778,11	0,00	689,12	0,00
	<u>36.459,84</u>	<u>265.796,06</u>	<u>16.432,54</u>	<u>335.128,88</u>

RIBEIRA DA TEJA

Produção de Energia Eléctrica, E.M, Lda.

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Fornecedores decompõe-se como se segue:

	2015	2014
Entidades relacionadas (Nota 24)	0,00	13.086,64
Galp Power, S.A.	2.974,07	748,52
João Mata Corretores de Seguros	856,49	565,91
WHS Energy Services, S.A.	18.926,74	3.972,90
Conceito - Consultoria de Gestão, S.A.	1.636,21	1.828,09
F. Castelo Branco & Associados	0,00	233,75
Diversos	569,25	117,93
	<u>24.962,76</u>	<u>20.553,74</u>

Page | 31

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os valores a pagar de partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2015			2014		
	A pagar			A pagar		
	Outros	Fornecedores	Empréstimos	Outros	Fornecedores	Empréstimos
Sócios						
FozcôaInvest, E.M.	0,00	0,00	0,00	6.471,16	0,00	128.157,91
Rovinhosa, Lda.	1.949,23	0,00	0,00	7.539,76	13.086,64	250.871,57
	<u>1.949,23</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>14.010,92</u>	<u>13.086,64</u>	<u>379.029,48</u>

25. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 as responsabilidades assumidas, perante terceiros, por garantias bancárias tinham a seguinte composição:

	2015	2014
BCP-EDP - 25-Nov-02	71.000,00	71.000,00
BCP CDRN - 15-Jun-05	210.284,02	210.284,02
	<u>281.284,02</u>	<u>281.284,02</u>

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridas até 15 de Fevereiro de 2016.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Page | 32

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na presente nota.

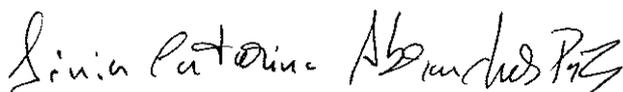
Não se registaram quaisquer eventos subsequentes que devam ser relatados.

CONSELHO DE GERÊNCIA

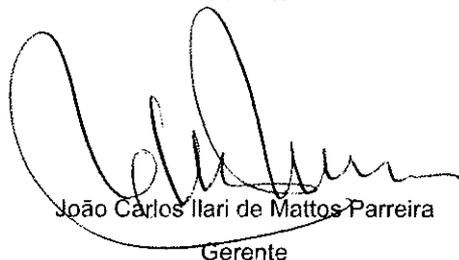


Carlos Alberto Pais Direito

Gerente



Sónia Catarina Abranches Paz
Contabilista Certificada



João Carlos Ilari de Mattos Parreira
Gerente

1/2
e

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. - Examinámos as demonstrações financeiras de RIBEIRA DA TEJA - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA, EM, LDA as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 7.315.898,91 euros e um total de capital próprio de 4.743.740,51 euros, incluindo um resultado líquido de 46.321,88 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capitais próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.-----

Responsabilidades

2. - É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.-----
3. - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.-----

Âmbito

4. - O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:-----
 - o a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas, em juízos e critérios definidos pelo Gerência, utilizadas na sua preparação;-----
 - o a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;-----
 - o a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e-----
 - o a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.-----

5. - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. - Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

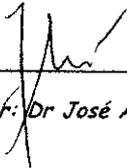
Opinião

7. - Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de RIBEIRA DA TEJA - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA, EM, LDA em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal -----

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lamego, 25 de Fevereiro de 2016



(A sociedade representada por: Dr José Alberto F F Lima - ROC 1075)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex^{mas}. Accionistas de
Ribeira da Teja – Produção de Energia Electrica, EM, Lda

Introdução

No cumprimento da lei, e dos estatutos da sociedade *Ribeira da Teja – Produção de Energia Electrica, EM, Lda*, vem o Fiscal Único apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora referente ao exercício de 2015, tendo presente a Certificação Legal das Contas emitida, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzidos.

Relatório

1. O Fiscal Único exerceu as suas atribuições no cumprimento do mandato para que foi conferido e no âmbito das competências e deveres consignados nos artºs 420 e 422 do CSC e dos estatutos da sociedade, tendo entre outros procedido:
2. à fiscalização da Administração da empresa
3. à vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos
4. à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como a verificação dos valores patrimoniais da empresa
5. à verificação da exactidão do balanço, demonstração de resultados por natureza, demonstração dos fluxos de caixa, da demonstração das alterações do capital próprio e do Anexo, da relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo.

Parecer

Em consequência da acção fiscalizadora:

6. Os actos da Administração do nosso conhecimento, enquadram-se no objecto da empresa e respeitam o cumprimento da lei e dos estatutos.
7. A contabilidade bem como os documentos de prestação de contas foram processados e elaborados de acordo com a lei e os estatutos.
8. O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos exigidos por lei.
9. Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
 - a) podem discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de Caixa e Demonstração das alterações do capital próprio e do Anexo, respeitantes ao exercício de 2015 e decidir sobre proposta de movimentação dos resultados da Gerencia;
 - b) procedam à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Lamego, 25 de Fevereiro de 2016

O FISCAL ÚNICO

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Dr. José Alberto Lima, R.O.C. n.º 1075